

MONARQUIA E PROFETISMO: DUAS INSTITUIÇÕES EM CONFLITO

1Rs 21,1-29 – A Vinha de Nabot

Jaldemir Vitório

O estudo do episódio da vinha de Nabot consiste na análise mais detida de um texto, dentre os muitos citados no artigo sobre a redação e a teologia do livro dos Reis, com o intuito de mostrar como é possível detectar as marcas deuteronomistas, nas inúmeras cenas que compõem a sua historiografia.

1. Delimitação do texto

Limite anterior. A cesura entre 1Rs 20,43 e 21,1 é evidente. O v. 43 é a conclusão da cena anterior, referente ao gesto de um profeta anônimo: “E o rei de Israel voltou para casa aborrecido e irritado e entrou em Samaria”. Já o v. 1 introduz uma nova cena: “Eis o que se passou depois destes fatos”. Por outro lado, de um assunto de caráter externo – guerra contra os arameus (1Rs 20,22-43) –, passa-se a um tema de ordem interna – a cobiça do rei por uma propriedade alheia. A figura de rei valente, vencedor dos temidos arameus, é substituída pela de um rei sem expressão.

Limite posterior. É clara, também, a transição entre 21,29 e 22,1. Este segundo versículo afirma: “Passaram-se três anos sem guerra entre Aram e Israel”. É a fórmula introdutória de outra cena! É como se 1Rs 21 tivesse interrompido a seqüência da narrativa em 1Rs 20,43. 1Rs 22 retoma uma questão de caráter externo – guerra com os arameus por questões de fronteiras –, bem como a figura de Acab, enquanto rei cheio de iniciativa.

2. Gênero literário

O texto apresenta-se como uma antiga novela norte-israelita, introduzida no corpo da historiografia deuteronomista, sem nenhuma dificuldade. Em todo caso, não se trata de uma crônica, em torno de “um” fato. E, sim, de um relato paradigmático, em forma de teologia narrativa. O sucedido com Nabot repetiu-se com muitos outros israelitas.

3. Análise narrativa

A dinâmica dos textos narrativos comporta os seguintes movimentos: (a) *exposição*: situa-se o fato a ser narrado, explicitando os detalhes importantes para o desenrolar da narrativa e as questões de fundo; (b) *ação*: tem início o desenrolar da cena, com a complicação dos fatos, e a respectiva urgência de solução; (c) *clímax*: tendo atingido um ponto insuportável, faz-se necessária uma solução; (d) *desfecho*: afinal, as questões são resolvidas e os problemas solucionados.

Aplicando-se esta dinâmica literária a 1Rs 21,1-29, teremos o seguinte esquema:

21,1-3 – exposição

21,4-16 – ação

21,17-26 – clímax

21,27-29 – desfecho

3.1. *Exposição – v. 1-3:*

O v. 1 é um recurso literário para estabelecer o contato entre as cenas, amarrando-as. 1Rs 20,43 referiu-se ao “rei de Israel”. 1Rs 21,1 alude a “Acab, rei de Samaria”. É como se dissesse: “Agora vamos contar outra história do rei de Israel”. Na tradição histórica bíblica, estas transições não devem ser tomadas no seu sentido literal, como se, historicamente, uma cena tivesse sucedido a outra. O autor não estava preocupado com a exata sucessão cronológica dos fatos. Seu esforço consistiu, sim, em amarrá-los com lógica interna. Em outras palavras: interessava-lhe a lógica do discurso e não a cronologia histórica; a força simbólica da narrativa e não a recuperação cronística do acontecido.

Introduzem-se os dois primeiros personagens: Nabot de Jezrael, com sua vinha, e Acab de Samaria, com seu palácio. Estão lado a lado: um latifundiário e um pequeno proprietário rural, um chefe local e um monarca, um camponês e um cidadão, um fiel javista e um infiel. O texto não faz de Nabot um pobre, mas um normal chefe de família. “Anormal” é o rei com seus palácios, mas ambicionando assenhorear-se da propriedade de um pequeno vinhateiro. Logo será possível saber tratar-se de um javista fiel e um baalista convertido, de um justo e de um ímpio. A vinha está “ao lado” do palácio. Esta indicação parece sublinhar a convivência de duas classes sociais, bem distintas, como conseqüência do estado tributário implantado pelo regime monárquico. A política dos reis de Israel gerou profunda divisão social, com classes sobrepostas. A fraternidade, objetivo da libertação da opressão egípcia e do êxodo para a Terra Prometida, fora posta de lado. Os reis de Israel mostraram-se incapazes de se deixar guiar por Javé e recriaram o mesmo esquema de opressão, do qual os israelitas foram outrora libertados. Um agravante: irmãos oprimiam irmãos!

Outra possibilidade consistiria em considerar Nabot um cidadão importante de Jezrael. Dois indícios dariam margem para esta leitura. Ele se sente no direito de recusar a proposta do rei e dizer-lhe um rotundo “não”. Quando é convocada a assembléia, por ocasião do jejum público, Nabot é colocado num lugar de destaque. Porém, quando lhe preparam uma armadilha, mostra-se totalmente impotente para fazer triunfar a verdade. Não aparece ninguém para defendê-lo e testemunhar em favor de sua honra. Apesar de ser alguém de destaque na sociedade local, a tramóia da rainha reduziu-o à condição de indefeso pobre coitado. Esta situação pode ser entendida como resultado da inveja de seus inimigos. Estes aproveitaram a chance oferecida pela rainha para se vingar de Nabot. Por isso, vê-se entregue à própria sorte.

Situar a cena em “Jezrael” e chamar Nabot de jezraelita são dois expedientes importantes para a narrativa. A raiz hebraica *zara* ‘ – semear – evoca a polêmica entre javismo e baalismo. O nome *yizrae’l* corresponde ao futuro verbal, semeará, acrescido do nome de Javé – *El*. Portanto, quem semeará e garantirá fartura para o povo, é Javé e não Baal.

O v. 2 – o diálogo entre Acab e Nabot – situa a problemática da narrativa:

O rei faz uma proposta a Nabot, em relação à sua propriedade fundiária: “Cede-me a tua vinha, para que eu a transforme numa horta, já que está situada junto ao meu palácio. Em troca, te darei uma vinha melhor, ou, se preferires, pagarei em dinheiro o seu valor”. Como tal, a oferta do rei é razoável. Não tem a intenção de expropriar Nabot; antes, propõe-lhe permuta ou venda em condições justas. A Nabot é oferecida a possibilidade de ser proprietário de uma vinha melhor. Se a troca não lhe fosse satisfatória, o rei lhe pagaria um preço justo pela propriedade. Assim, mesmo transferindo a propriedade da vinha ao rei, se quisesse, poderia levar adiante sua profissão de agricultor e vinhateiro, adquirindo um pedaço de terra em outro lugar.

Interessa ao rei apropriar-se da vinha de Nabot pelo fato de estar situada próximo do palácio e poder ser transformada em horta, para abastecer a cozinha real. O que supunha um longo investimento e mão-de-obra (a vinha) seria substituído por algo menos exigente, com investimento a curto prazo (o cultivo de hortaliças). A proposta do rei tem um quê de insensatez. É como se quisesse abater uma mangueira para fazer um canteirinho de alface.

Este diálogo será aludido, várias vezes, ao longo da narrativa (cf. v. 4.6.15). Com isto, frisa-se sua repercussão na memória do rei, como se lhe martelasse a cabeça, sem cessar. Entretanto, o rei jamais se refere ao diálogo nos termos como foi narrado nos v. 2-3.

O rei dá mostras de desconhecer a tradição javista em relação à terra, considerada uma herança inalienável, garantia de posteridade. Por isto, está disposto a acatar a preferência de Nabot – trocar ou vender a vinha –, de forma a se tornar propriedade dele. A fé javista considerava a terra como dom de Deus a Israel, a ser preservado como herança inalienável. Ninguém deveria considerar-se proprietário da terra e, sim, detentor de sua posse, transferível como herança, jamais por força de uma transação comercial. Se, por algum motivo, como seria um caso de dívida, alguém se visse obrigado a se desfazer de sua propriedade, ser-lhe-ia garantido o direito de resgate. “As terras não se venderão a título definitivo, *porque a terra é minha*, e vós sois estrangeiros e meus agregados. Portanto, a qualquer terra que possuídes concedereis o direito de resgate” (Lv 25,23-24). As palavras do rei denotam contaminação baalista e ignorância do direito de Israel.

O v. 3 contém a resposta de Nabot, curta e taxativa: “Javé me livre de ceder-te a herança de meus pais!” Esta é uma autêntica postura javista, onde a fidelidade a Deus expressa-se, também, em relação à terra. Na contramão desta mentalidade, no âmbito do baalismo, a terra podia ser negociada e vendida, além de poder ser dada como propriedade aos servidores leais do rei.

Nabot era consciente de não ter o direito de se desfazer da herança recebida, nem mesmo para satisfazer os caprichos do rei, o “messias” (“ungido”) de Israel. A vontade de Javé era soberana e se sobrepunha a qualquer outro querer. Nabot não trata a terra como propriedade pessoal, da qual podia se desfazer a seu bel prazer, considerando-a bem de mercado. É propriedade familiar do seu clã! Nabot não questiona a justiça da oferta do rei, nem considera estar sendo tratado injustamente pelo monarca. Simplesmente a oferta real constitui-se em ofensa à sua sensibilidade religiosa e ética. Afinal, tudo somado, a transação poderia resultar em benefício para ele. Mas, não lhe interessava prosperidade econômica, às custas de sua fé ancestral. Cabia ao rei a obrigação de conhecer este direito tradicional de Israel e respeitá-lo.

A proposta do rei correspondia a uma *política latifundista* em voga, tanto em Israel quanto em Judá, visada pela denúncia profética. “Ai dos que juntam casa a casa, dos que acrescentam campo a campo até que não haja mais espaço disponível, até serem os únicos moradores da terra” (Is 5,8); “Ai daqueles que planejam a iniquidade e que tramam o mal em seus leitos! Ao amanhecer, eles o praticam, porque está no poder de sua mão. Se cobiçam campos, roubam-nos; se casas, tomam-nas; oprimem o varão e sua casa, o homem e sua herança” (Mq 2,1-2).

Em geral, perdiam-se as terras por motivo de necessidade. A propriedade passava para mãos alheias em vista de resolver pendências de dívidas. Este não era o caso de Nabot. O narrador descreve-o como um vinhateiro tranqüilo em sua vinha.

3.2. Ação – v. 4-16:

3.2.1. *Reação do rei* (v. 4). A resposta de Nabot martela-lhe a cabeça: “Não cederei a herança de meus pais”. E provoca um certo estado de depressão: “Estendeu-se na cama, voltou o rosto para a parede e não quis comer nada”. A atitude do rei tem sido interpretada de várias maneiras: “infantil”, “rabugenta”, “insegura” (não se impõe, como se não tivesse direito para tanto). Afinal, sua personalidade inconsistente impediu-o de se manter fiel à fé dos antepassados e o levará a se bandear para a religião de sua mulher, filha de um rei estrangeiro.

Como explicar a reação do rei? Fora tomado por uma crise de consciência? Seu substrato javista corroía-lhe o coração? Sentiu-se humilhado pelo justo e fiel Nabot, ou por sua incapacidade de convencê-lo? Deve ter havido um motivo muito sério para provocar a atitude do rei. Caso contrário, seria inexplicável sua reação dramática. Acab reconhece que a resposta de Nabot resulta de sua fidelidade religiosa; mas acaba por considerá-la uma áspera recusa pessoal, como se fosse questão de má-vontade. Aliás, o v. 4 só alude a uma parte da resposta de Nabot, deixando de lado seu conteúdo religioso, presente numa espécie de fórmula de juramento: “Deus me livre...”

3.2.2. *A entrada em cena de Jezabel* (v. 5-7). A rainha entra em cena, questionando o rei. De quem se trata? Era filha de um rei fenício, dada ao rei Amri de Israel por ocasião de alguma aliança entre ambos. Amri, por sua vez, deu-a por esposa a seu filho Acab. Jezabel era uma baalista militante e tudo fez para implantar sua religião no reino

de Israel, começando por “fazer a cabeça” do rei. “Acab desposou ainda Jezabel, filha de Etbaal, rei dos sidônios, e passou a servir Baal e a adorá-lo; erigiu-lhe um altar no templo de Baal, que construiu em Samaria. Acab erigiu também um poste sagrado e cometeu ainda outros pecados, irritando Javé” (1Rs 16,31-33).

Com toda probabilidade, a intenção de Jezabel consistia em, desprezando as tradições religiosas dos israelitas, transformar o culto a Baal em religião oficial do país. Para tanto, desenvolveu uma ação bem orquestrada, de modo particular, promovendo uma perseguição sistemática aos profetas de Javé, para eliminá-los do reino (1Rs 18,4.13) e, assim, poder dar livre trânsito a seus intentos. Introduziu no palácio 450 profetas de Baal e 400 profetas de Ashera, em substituição aos profetas de Javé (1Rs 18,19). Estes seriam, doravante, os conselheiros religiosos do rei. O profeta Elias foi uma vítima preferencial de sua sanha assassina. Jezabel estava determinada a tirar-lhe a vida (1Rs 19,2).

Na conversa com Jezabel, Acab inverte os termos do diálogo com Nabot. Na conversa com Nabot, primeiro propôs-lhe a troca e, em seguida, aludiu à possibilidade de compra da vinha. Agora, afirmava ter, primeiro, falado em compra e, só depois, em troca. Quiçá a rainha interessasse mais o dinheiro, não tanto a posse da terra. No v. 15, quando Nabot já tinha sido assassinado, comunica ao rei: “Levanta-te e vai tomar posse da vinha de Nabot de Jezrael, que ele não quis te ceder por seu preço em dinheiro...” A palavra perdera seu valor e acabou sendo manipulada, sem escrúpulos!

Por outro lado, o rei negligenciou a motivação religiosa de Nabot, sua reverência a Deus (“Javé me livre...” – v. 3). Faz alusão apenas à recusa peremptória de Nabot, como se tratasse de uma falta de respeito ao rei. Isto é, o monarca adapta sua fala ao interlocutor do momento, tentando defender o seu interesse. Como se vê, o narrador dá mostras de sua refinada arte narrativa e dramática.

Jezabel questiona o rei de uma forma quase ingênua, como se não entendesse o porque da tristeza e da inapetência do rei (v. 5). A resposta de Acab deixa entrever não ter se conformado com a negativa de Nabot. No v. 6, faz uma espécie de retrospectiva dos fatos, frisando a recusa de seu interlocutor: “Mas ele respondeu: ‘Não te cederei minha vinha’”. A firmeza do justo parece intimidar o ímpio. A convicção de Nabot deixou o rei desconcertado.

Jezabel questiona Acab: “És tu que agora governas Israel? Levanta-te e come e que teu coração se alegre, pois eu te darei a vinha de Nabot de Jezrael” (v. 7). A atitude decidida de Jezabel contrasta-se com a timidez de Acab: o que o rei não havia conseguido, a rainha haveria de conseguir. À expressão “Eu te darei” poder-se-ia acrescentar: “...custe o que custar!”; “...ninguém, nem o deus de Nabot, poderá me deter!” Revela a autoconsciência de Jezabel e, de certa forma, prepara o leitor para as cenas seguintes. Ela se julga superpoderosa. Quem se comporta desta maneira, é capaz de qualquer coisa.

Aqui se coloca a pergunta de quem, realmente, detém o poder em Israel: o rei ou a rainha? Em última análise, na perspectiva dos autores do texto, a questão ultrapassa a dimensão política. Trata-se de uma questão teológica: afinal, quem tem poder sobre

Israel, Javé ou Baal? De quem provém os dons usufruídos pelo rei? Ou então: por quais princípios ético-políticos pauta-se a casa de Israel: a ética javista ou o modo de proceder baalista?

O decorrer da ação oferecerá pistas para a resposta a estas questões.

3.3.3. *A ação de Jezabel, em vista de se apoderar da vinha de Nabot* (v. 8-14). Conhecendo a inutilidade do percurso feito pelo rei, em vista de realizar seu intento, a rainha segue noutra direção: monta uma armadilha, na qual Nabot cairá.

Jezabel escreve uma carta aos anciãos e aos notáveis da cidade, concidadãos de Nabot (v. 8-10). Serve-se do poder real – escreveu cartas “em nome de Acab” e “selou-as com o selo real” (v. 8) – e conta com o apoio das pessoas encarregadas de fazer o direito e a justiça prevalecerem em Israel: os juízes das cidades.

Um dos feitos da monarquia consistiu em organizar o direito em Israel. Além de criar o tribunal superior de Jerusalém, instaurou tribunais nas portas das cidades, aos quais as pessoas recorriam para resolver suas pendências (cf. 2Cr 19,4-11). 1Rs 21,8-10 mostra como havia uma relação estreita (conluio?) entre a casa real e os tribunais locais.

A carta dirigida aos juízes (v. 9-10) dá indicações precisas do expediente a ser tomado para condenar Nabot à morte. Urgia montar uma cilada. A celebração de um jejum público ofereceu o contexto ideal. Por ocasião de desgraça ou calamidades, como seca ou fome, convocava-se o povo para jejuar e orar (Jz 20,26; Jl 1,14; 2,15), com o intuito de aplacar a ira divina e descobrir o culpado. A narrativa supõe ser um tempo de desgraça nacional, cuja responsabilidade acabou sendo atribuída a Nabot. Um exemplo de semelhante responsabilidade por infortúnio coletivo encontra-se em Js 7,1-24. O argumento principal levantado contra ele foi, exatamente, o crime de blasfêmia: “Tu amaldiçoaste a Deus e ao rei”. (Literalmente, “abençoaste”, ao invés de “amaldiçoaste”. Este expediente é usado também no v. 13 e em Jó 1,5.11; 4,5.9. Trata-se de um eufemismo.)

A encenação jurídica traz a marca de uma falsa legalidade, por exemplo, o número de testemunhas exigidos pela Lei (Nm 35,30; Dt 17,6; 19,15) e a acusação, totalmente, mentirosa e contraditória. Nabot é um javista convicto. O rei e a rainha passam por cima deste fato, sem lhe dar maior atenção. A preocupação deles é de caráter estritamente comercial e financeiro, sem preocupação ético-teológica.

3.3.4. *A execução da ordem* (v. 11-14) – Os “homens da cidade de Nabot, os anciãos e os notáveis” executaram a ordem de Jezabel, ponto por ponto, sem a questionar, em consonância com o ditame da Lei (Ex 22,27). Isto parece algo natural: a rainha parte do pressuposto de que manda e os juízes têm a obrigação de obedecê-la. Aliás, ao longo da narrativa, jamais abre mão da pretensão de ser todo-poderosa. Os juízes – anciãos e nobres da cidade – agem como se não houvesse conflito de competências (jurisdição) com o poder real. A cumplicidade entre as duas instâncias é patente. Aliás, tem-se a impressão de o poder jurídico estar submetido aos caprichos dos monarcas do momento.

Aos olhos dos Deuteronomistas, a subserviência da liderança de Jezrael aos caprichos de Jezabel era muito grave. Afinal, não esperavam de estrangeiros agirem como se fossem “servos de Javé”. Pelo contrário, seria normal os homens da cidade de Nabot, os anciãos e os notáveis agirem como verdadeiros israelitas, fiéis aos ditames de seu Deus.

Uma vez encerrada a sessão, os juízes enviam emissários a Jezabel para comunicá-lhe o exato cumprimento de sua ordem (v. 14). É a forma de sublinhar o papel da rainha na orquestração do plano perverso. O rei só é referido no início e no final da história; no centro, está a rainha. Os demais personagens eram, de fato, meros executores do decreto da rainha, embora cancelado com o selo do rei. Um processo totalmente “dentro da legalidade”!

3.3.5. *Acab realiza seu intento pela astúcia de Jezabel* (v. 15-16). É notável a tensão presente no texto. Os v. 15 e 16 têm igual conteúdo. No v. 15, a notícia da morte de Nabot chega a Acab por meio de Jezabel. Ela o ordena a se apoderar da propriedade do falecido Nabot. No v. 16, desaparece a figura de Jezabel.

Uma nota: os v. 15-16 falam 5 vezes da morte de Nabot: “tinha sido apedrejado”, “estava morto”, “já não vive”, “está morto”, “estava morto”, para repisar a idéia de que a idolatria gera a injustiça e a injustiça gera a morte. Esta relação intrínseca entre idolatria ? injustiça ? morte funciona como uma espécie de chave de leitura para a realidade sócio-econômica do Reino de Israel.

A afirmação de que Acab tomou posse da vinha de Nabot (v. 16) parece concluir a narrativa. Seria, então, um caso de injustiça patente por parte da casa real, onde um justo e indefeso foi violentado, sem ninguém para se pronunciar em seu favor. Embora as minúcias legais de um processo tenham sido respeitadas, o leitor sabe que tudo não passou de perversa encenação.

3.4. – *clímax* – v. 17-26

3.4.1. *O ingresso de um novo personagem: Elias, o profeta de Javé.* “Então a palavra do Senhor foi dirigida a Elias, o tesbita, nestes termos...” (v. 17). O profeta é introduzido na história por meio de Javé. É como se Deus o empurrasse para dentro dos acontecimentos. Por outro lado, até então, não fora feita nenhuma menção a Javé. É a primeira alusão ao nome divino, apesar de o vocábulo *Jezra-el*, do v. 1, nome do lugar de origem de Nabot, ser um substantivo teofórico. Elias sente-se impelido a agir, num contexto onde o baalismo reinava impávido.

Tendo a “palavra de Javé” sido colocada na boca de Elias, a cena seguinte consiste numa espécie de juízo divino sobre a narrativa anterior.

A ordem divina confronta o profeta e o rei (v.18). No momento, Acab está cumprindo a ordem dada por Jezabel (v. 15): “Levanta-te e vai tomar posse da vinha de Nabot de Jezrael...” Porém, não terá a alegria de realizar a ordem da rainha, pois Javé pensa diferentemente. Acontecerá, não o querer de Jezabel, mas, sim, o de Javé. Ele atua como uma espécie de *go’el* de Nabot (Dt 19,6.12). O conflito entre Javé e Baal, nestas

alturas, assume uma feição nova. É como se Javé, pessoalmente, entrasse na briga, através de seu profeta. Até então, parecia dar mostras de estar ausente ou mesmo desinteressado quanto à injustiça cometida contra o fiel Nabot.

Javé acusa o rei de ser assassino e ladrão: “Mataste e ainda por cima roubas!” (v. 19). Portanto, a responsabilidade pela ação de Jezabel, dos anciãos, dos notáveis e de todos os demais implicados na morte de Nabot é, inteiramente, do rei. Competia-lhe garantir os direitos do indefeso Nabot. Ele não tem como se eximir da culpa.

3.4.2. *O castigo virá na certa.* “No mesmo lugar onde os cães lamberam o sangue de Nabot, os cães lamberão também o seu” (v. 19). O castigo segue o esquema de talião, expresso em Ex 21,23-24: “Darás vida por vida, olho por olho, dente por dente, pé por pé, queimadura por queimadura, ferida por ferida, golpe por golpe” (cf. Lv 24,17-20; Dt 19,21). Torna-se, então, patente: existe em Israel alguém mais forte que o rei, a rainha e a corte com seus asseclas. Javé é o defensor dos fracos e indefesos.

O rei só se dá conta da situação, quando o profeta entra em ação, como uma espécie de consciência crítica (v. 20-24). “Tu te vendeste para fazer o que desagrade ao Senhor” (v. 20). Pressupõe-se a função do rei como consistindo em fazer valer o direito e a justiça, mormente, em benefício dos pobres e indefesos. Acab, pelo contrário, não teve discernimento suficiente para reconhecer a situação criada por sua ganância e pela astúcia de sua mulher.

Em nome de Javé, Elias proclama uma lista de castigos a serem infligidos à casa real: “Farei cair sobre ti a desgraça: varrerei a tua descendência. Eliminarei da casa de Acab todo macho (lit.: “quem mija na parede”) de qualquer categoria em Israel. Farei com a tua família como fiz com as famílias de Jeroboão... porque provocaste a minha ira e induziste Israel ao pecado... Da casa de Acab, os que morrerem na cidade serão devorados pelos cães, e os que morrerem no campo serão comidos pelas aves” (v. 21-22.24). Perpassa-lhe a idéia de a casa e a família de Acab estarem votadas ao extermínio. Javé cortará o mal pela raiz, eliminando, não só o rei, mas todo “macho de qualquer categoria em Israel”. Por outro lado, o ser devorado pelos cães – não ser merecedor de sepultura digna – aponta para a maldição divina que se abaterá sobre o rei e a sua família. A infidelidade real ao querer de Javé atraiu para si a mesma sorte infligida a Nabot.

O v. 23 – o castigo de Jezabel – interrompe o fluxo da narrativa, referente aos castigos de Acab. “Os cães devorarão Jezabel no campo de Jezrael” antecipa a informação do versículo seguinte, a respeito de Acab e sua família. Um destino de morte violenta abater-se-á também sobre ela. Sua morte é narrada em 2Rs 9,30-37, como forma de realização do anunciado por Elias.

3.4.3. *Comentário crítico.* Os v. 25-26 são uma espécie de glosa, em forma de comentário aos fatos narrados. “Não houve ninguém que se vendesse como Acab, para, incitado por sua mulher Jezabel, fazer o mal aos olhos do Senhor. Portou-se de modo abominável: prestou culto aos ídolos com tudo que praticavam os amorreus, que o Senhor tinha expulsado diante dos israelitas”. Esta observação deixa de lado o tema da injustiça social, representada pela trama para assassinar Nabot, e se volta para a ques-

tão da idolatria, da infidelidade cúltica. Esta teria sido uma reflexão do próprio redator, não convencido do arrependimento de Acab, aludido no bloco seguinte? Seria um questionamento à tradição referente a Acab?

3.5. – *Desfecho* – v. 27-29

3.5.1. *A conversão de Acab* (v. 27). O impiedoso Acab, afinal, age como se espera de quem se tornou infiel a Javé: converte-se. O elenco de gestos integra uma espécie de liturgia penitencial: rasgar as vestes, vestir-se com roupa grosseira, jejuar, dormir com vestes penitenciais, andar abatido e devagar (atitude de penitência e meditação).

3.5.2. *A punição transferida para a descendência de Acab* (v. 28-29). Javé desiste de punir o rei, adiando os castigos para a sua descendência. Esta conclusão parece forçada! Em todo caso, tem a função de mostrar a misericórdia de Javé, diante da conversão do pecador, mesmo depois de cometer pecados gravíssimos. Este era um elemento importante na teologia deuteronomista (1Rs 8,33-34). O povo no exílio, convocado à conversão, deveria ter a certeza do perdão misericordioso de Javé, embora tendo trilhado um longo caminho de infidelidade a seu Deus.

3.5.3. *Epílogo: a implementação do castigo*. O autor interpreta o golpe de estado e o sucessivo morticínio, desfechados por Jeú contra a casa de Amri (2Rs 9,14-37), como realização da profecia de Elias. Nabot é formalmente referido no v. 26. 2Rs 10,10-11 declara: “Vede, pois, agora, como não ficou sem efeito nenhuma das palavras que o Senhor pronunciou sobre a casa de Acab. O Senhor executou o que tinha falado por meio do seu servo Elias. Jeú matou, então, todos os que restavam da casa de Acab em Jezrael e todos os seus notáveis, homens de confiança e sacerdotes, até que não restasse nenhum deles”. E, também, 2Rs 10,17: “Matou todos os de Acab que tinham restado em Samaria, até o último, conforme a palavra do Senhor pronunciada por Elias”.

4. Traços da teologia deuteronomista em 1Rs 21

Nas entrelinhas de 1Rs 21, os grandes eixos de teologia deuteronomista fazem-se presentes. O leitor atento é capaz de reconhecê-los.

– A idolatria, com seu componente de injustiça e morte, foi a causa da ruína de Israel. O rei e a corte real são especialmente responsáveis pela desgraça do povo. Sua liderança mal direcionada, à revelia de Javé e de seu projeto, deve ser denunciada. Portanto, comete injustiça contra Javé quem o acusar de incapacidade de sobrepujar Marduc, deus dos babilônios.

– A política de alianças foi a porta pela qual a idolatria imiscuiu-se em Israel. Incapazes de confiar integralmente em Javé, os reis preferiram contar com o apoio de seus vizinhos e de outros reis, aos quais apelaram para fazer alianças. Uma mostra de benevolência em relação aos parceiros consistia em construir santuários dedicados a suas respectivas divindades. Todavia, não se tem notícia de construção de santuários javistas por parte de parceiros de Judá e Israel, em seus respectivos territórios. Quiçá, devido à forma

de conceber a divindade, própria da fé em Javé, um Deus do qual não se faz imagem. Ou, então, porque santuário construído para Javé só podia ser o de Jerusalém.

– Importa resistir às investidas da idolatria, mesmo às custas da própria vida. Esta é a atitude do verdadeiro adorador de Javé. Nada de recuar diante dos ataques dos inimigos da fé, sejam eles quem forem, mesmo o rei. Nada de ceder a seus caprichos! Esta impavidez é característica de quem, de fato, assumiu o projeto de Javé de forma radical e por ele se pauta, mesmo devendo pagar um alto preço. Nabot, portanto, é apresentado como um exemplo a ser imitado.

– Em Israel, os profetas desempenham um papel importante. São a consciência crítico-teológica na vida do povo. Dar-lhes ouvidos, consiste em ouvir Javé. Voltar-lhes as costas e, pior ainda, persegui-los e eliminá-los corresponde a atitudes temerárias, com desfecho previsível. Entretanto, só é capaz de reconhecer e acolher os profetas de Javé, quem está em total sintonia com Javé. Esta sintonia torna o fiel sensível ao que vem de Javé e o impede de se enganar, deixando-se levar por palavras mentirosas dos falsos profetas.

– Mesmo os pecados mais clamorosos são perdoados por Javé, quando o pecador se converte. O único pré-requisito consiste em voltar-se para ele, com todo o coração e com todas as forças, refazendo a aliança rompida. Javé é um Deus sempre disposto a perdoar, contanto que o pecador volte ao bom caminho. Assim, o futuro permanece sempre aberto e a história pode ser levada adiante, mesmo quando tudo parece estar perdido e sem solução possível.

– Na fé dos israelitas a terra desempenha um papel importante. É dom de Javé, a ser considerado como herança perpétua, transmitida de geração em geração. Transformá-la em objeto de compra e venda é um indicador patente de ruptura da aliança com Javé. A posse da terra, “herança” da família, segundo o plano de Javé, era penhor de liberdade. Quem não levava a sério este dado da fé, corria o risco de ver-se reduzido à escravidão ou submetido à prepotência de patrões tiranos. O ideal de fraternidade, ligado à fé javista, era uma precaução contra tal perigo.

– A ética javista supõe respeito pela justiça e pela vida humana, na contramão da ética baalista, preocupada com a natureza e a fertilidade. O baalismo despreocupa-se das relações interpessoais; seu foco de atenção está centrado nos fenômenos da natureza e do comércio. Portanto, questões de injustiça e de tirania dos grandes sobre os pequenos não faziam parte de sua agenda. A fé javista situa-se na antípoda desta mentalidade. A atenção pelo outro e o respeito por ele são-lhe ingredientes indispensáveis. Passa por aí a fidelidade a Deus.

– A monarquia em Israel está fadada ao extermínio. A injustiça praticada por Acab e sua corte dava seqüência aos desmandos de seu antepassado Jeroboão I, repetidamente censurado, por ter criado o Reino do Norte sob o signo da idolatria e da infidelidade a Javé (1Rs 15,30.34; 16,2.19.26.31; 22,52 etc.). Os Deuteronomistas, com sua leitura da história na perspectiva do Reino do Sul, lançavam um olhar enviesado para o Reino do Norte. Não podia ver com bons olhos quem rompera a unidade da realeza, do culto, da

Lei, do povo e, por que não?, de Deus. Para eles, a unidade era um elemento primordial da fé javista. Rompê-la consistia em incorrer em grave falta. A ação de Jeroboão I, ao criar o Reino do Norte, teve como efeito romper a unidade de Israel. Seus sucessores outra coisa não fizeram a não ser radicalizar, sempre mais, esta cisão.

– Na perícopé sobre a vinha de Nabot, poderia estar embutida uma crítica aos reis do Norte, tão freqüente no livro dos Reis. A atitude condenável da casa real, sob Acab, apontaria para a má conduta de todos os reis de Israel. A afirmação de fundo seria: a realeza do Norte está toda contaminada com o germe da idolatria e da injustiça.

5. 1Rs 21 e 2Sm 11-12: dois esquemas narrativos semelhantes

Existem notáveis semelhanças narrativas entre o pecado de Acab, em relação a Nabot, e o pecado de Davi, em relação a Urias (2Sm 11-12). As histórias são distintas. Porém, sob o aspecto literário e semântico, são vários os elementos de contato entre elas.

– Davi e Acab são levados a cobiçar propriedades alheias, pertencentes a quem não tem como se defender diante da prepotência real. A mulher banhando-se e a vinha desencadeiam paixões desordenadas no coração de ambos os reis, a quem competia garantir o direito e a justiça no reino. No caso de Acab, o tema da cobiça fica um tanto atenuado, pois o rei está disposto a dar a Nabot, até mesmo, um vinha melhor. Este elemento está ausente da história de Davi.

– Tanto a mulher quanto a vinha estão nas proximidades do palácio, ao alcance da visão dos reis.

– Em ambos os casos, os reis se servem de mediações para concretizar seus desejos perversos. Davi recorre ao general Joab; Acab entrega a Jezabel a condução dos fatos. Neste ponto, existem algumas diferenças. Enquanto Davi supervisiona atentamente o desenrolar dos acontecimentos, Acab deixa tudo à livre iniciativa de Jezabel.

– Ambas as narrativas falam de carta. Davi escreveu uma carta a Joab, dando ordens precisas a respeito de como provocar a morte de Urias. Jezabel enviou cartas aos anciãos e nobres da cidade de Nabot, explicando os passos a serem dados para se montar uma armadilha para o proprietário da vinha.

– Em ambas as narrativas, o teor das cartas é transcrito.

– Em ambas as circunstâncias, visa-se a tirar a vida de quem impede aos reis de satisfazer seus perversos intentos: Urias e Nabot. Os objetivos são alcançados! Além disso, lançam-se mãos de métodos apropriados para não gerar suspeitas em torno dos homicídios. Tudo parece normal, resultado de processos perfeitamente compreensíveis e aceitáveis. Os crimes são bem encobertos aos olhos da sociedade, mas não aos olhos de Deus!

– Uma vez executada a ordem, faz-se saber aos mandantes: Davi e Jezabel.

– Os reis apoderam-se dos objetos de suas cobiças: a mulher alheia e a vinha alheia.

– Quando os reis estão satisfeitos por verem realizados seus intentos, surgem profetas para estragar a festa. Natã, profeta de corte, serve-se de uma parábola para colocar na boca de Davi sua auto-condenação. Elias, profeta individual e sem compromisso com a casa real, dirige-se a Acab com palavras duras, sem nenhum medo de lançar-lhe em face sua má conduta.

– Diante da denúncia profética, ambos os reis se arrependem. Porém, não escapam do castigo divino.

– O castigo é postergado para as respectivas descendências de Davi e de Acab.

Apenas em um ponto as narrativas são divergentes. Enquanto Davi é o único responsável por seu malfeito; Acab é um esposo passivo, conduzido pela astúcia de sua esposa. Este poderia culpá-la, totalmente, pela morte de Nabot e, assim, ter um alibi para não ser condenado. Pelo contrário, reconhece-se como único culpado.

Estas semelhanças mostram o evidente parentesco literário entre ambas as narrativas e permitem aprofundar a “teologia” do narrador.

Jaldemir Vitorio
Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127 – Planalto
31.720-300 Belo Horizonte – MG
E-mail: jvitoriosj@cesjesuit.br